

# Constituinte, a busca do acordo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O esforço para conseguir um substitutivo "convergente", com os pontos não polêmicos da emenda Sarney de convocação da Constituinte, será o tema da reunião desta noite na residência oficial do presidente da Câmara, por iniciativa de Ulysses Guimarães, com o presidente do Senado, José Fragelli, líderes de todas as bancadas na Câmara e no Senado, e o presidente, o vice-presidente e o relator da comissão mista da proposta do Executivo.

O presidente do PMDB e da Câmara pretendia avistar-se ontem à noite, informalmente, com os líderes do PMDB e do PFL na Câmara, Pimenta da Veiga e José Lourenço, e o relator Flávio Bierrembach, para um exame preliminar do problema. Ulysses Guimarães não esconde sua preocupação com as diversas subemendas formalizadas, envolvendo a anistia aos militares punidos, delegados constituintes, Constituinte exclusiva, entre outros assuntos.

As lideranças do PDS e do PFL já informaram que apóiam a emenda Sarney no texto original, convocando eleições a 15 de novembro de 1988 para a Assembléia Constituinte. "Entendemos que é obrigação maior das bancadas governistas — PMDB e PFL — garantir a aprovação da emenda do presidente da República, sem deformações" — comentou o líder pedessista Prisco Viana. Acrescentou que participará da reunião esta noite na residência oficial do presidente da Câmara "com o intuito mais de ouvir do que falar". O líder do PDS pretende conhecer as razões das lideranças da Aliança Democrática para elaborar substitutivo e saber dos motivos da resistência de setores civis e militares do governo à subemenda Jorge Uequed, de anistia ampla, geral e irrestrita a civis e militares punidos no período revolucionário.

A exemplo dos líderes governistas Humberto Lucena e Pimenta da Veiga, o deputado Ulysses Guimarães está-se esforçando para viabilizar um substitutivo "convergente", capaz de reunir no texto do relator Flávio Bierrembach os pontos pacíficos, de consenso. As propostas polêmicas seriam submetidas ao plenário do Congresso, para votação livre, em questão aberta. A grande preocupação é conseguir um texto capaz de obter o apoio de elevado número de parlamentares — 320 deputados e 46 senadores, pelo menos — para atender à exigência constitucional de dois terços de cada Casa.

Sobre a subemenda de anistia, Ulysses afirmou que é matéria "da maior importância" e está sendo estudada com o propósito de encontrar uma fórmula que possa ter o apoio de dois terços de cada Casa, "se for submetida a votos".

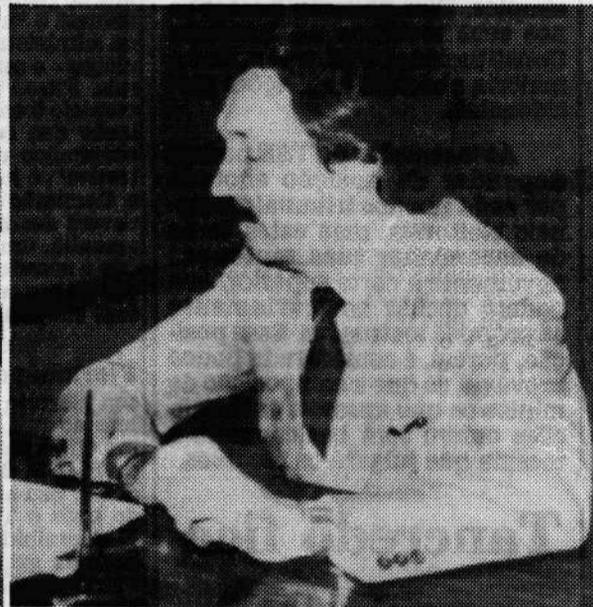
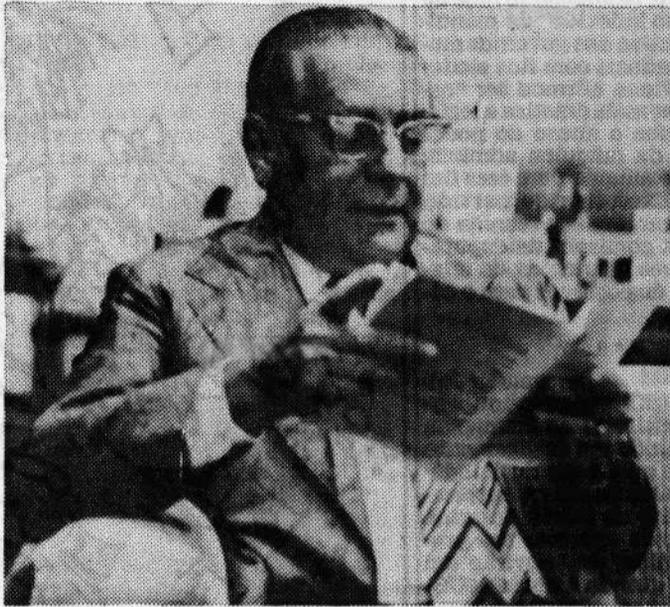
"O sr. acha possível o PMDB, que defende a anistia ampla, geral e irrestrita, votar agora contra a subemenda da anistia?" — perguntou uma repórter. E o presidente do PMDB respondeu: "Minha filha, já disse o que acho. Lutar por um substitutivo que possa ser aprovado. Caso contrário, estarei achando coisas demais..."

Ulysses falou mais e com maior entusiasmo de sua sugestão de criar na Constituinte a "grande comissão" com a atribuição de Legislativo ordinário. Seria formada de 60 a 70 parlamentares com representação partidária proporcional. Seus membros teriam dupla atribuição — de legislador ordinário e de constituinte. Informou que os subsídios que recebeu sobre a matéria, de parlamentares da Itália e da Espanha — "da maior valia" —, serão entregues ao líder Pimenta da Veiga.

Comentou, ainda, a proposta de delegação de poder ao Executivo nos termos constitucionais. O Congresso autorizaria o presidente a baixar leis delegadas, examinadas pelas "grandes comissões" — que substituiriam, no caso, a Câmara, o Senado e o Congresso, em leis ordinárias. Mesmo sem externar diretamente sua opinião, Ulysses deixou claro que não apóia a tese da Constituinte exclusiva, com a eleição de constituintes com a missão específica de elaborar a Nova Carta, dissolvendo-se a Assembléia com a promulgação. "Não houve ruptura das nossas instituições. A proposta em exame corresponde à tática da transição" — definiu.

Ulysses elogiou a decisão da Comclat, favorável ao Congresso Constituinte.

Além das lideranças de todos os partidos na Câmara e no Senado, participarão da reunião desta noite, na casa de Ulysses, o senador Helvídio Nunes (PDS-PI), presidente, deputado Oscar Correa (PFL-MG), vice-presidente e deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da comissão mista do Congresso que examina a emenda Sarney.



Aluísio é contrário a referendo; Prisco prefere Constituinte como Congresso ordinário

## PDS defende a emenda oficial

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O ex-líder do PDS no Senado, Aloísio Chaves e o atual líder do partido na Câmara, deputado Prisco Viana, defenderam ontem a emenda José Sarney, de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, das críticas que lhe estão sendo feitas. "Não tem sentido querer submeter deputados e senadores, depois da votação da Constituição, a referendo. O referendo deveria ser para a Constituição, isto sim" — comentou o senador.

Aloísio Alves considerou que "essa Constituinte não constitui um golpe político do Congresso, simplesmente porque tem o respaldo da sociedade, porque a convocação da Assembléia Nacional Constituinte é aspiração da maioria do povo brasileiro. Não houve uma revolução, um processo traumático, e, sim, uma transição pacífica. A convocação é de consenso e de entendimento. Porque, se fosse realmente para uma interpretação restrita da lei, o presidente da República não pode convocar Constituinte, o Congresso também não. Como não houve ruptura, o presidente está interpretando o desejo da maioria da sociedade brasileira. Optou por uma solução factível, porque tem o respaldo da opinião

pública, representado pelo Congresso".

Prisco Viana, por sua vez, condenou a proposta de realização de eleições separadas no ano que vem e defendeu, também, a emenda Sarney: "Podemos até não votar a emenda José Sarney rigorosamente como ela está. Ela contém, todavia, a proposta fundamental que é a convocação da Constituinte e a determinação de que o Congresso funcionará simultaneamente como Constituinte e com os poderes ordinários de fazer lei. Esta é a fórmula razoável, embora não signifique que se aprove a emenda tal qual ela veio do Planalto".

Prisco defendeu ainda o aumento do prazo de desincompatibilização dos titulares do Poder Executivo que desejem disputar mandatos na eleição de 88, embora tenha reconhecido que há dificuldades para identificação de um denominador comum que concilie todos os interesses em jogo: "A unificação só é viável se for para baixar os prazos".

Há indicações de que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, mais dez auxiliares diretos do governador João Durval Carneiro, da Bahia, pleitearão cadeiras na Constituinte, assustando os veteranos políticos do Estado.

MUDANÇAS

Já o líder do PFL, deputado José Lourenço, informou que vai submeter à apreciação da bancada as propostas de modificação da emenda Sarney, para levar a posição oficial do partido ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e aos demais líderes da Aliança Democrática, na reunião que definirá os critérios regimentais da votação da emenda.

O líder contou que, nos contatos individuais, "nenhum deputado do PFL concordou com as propostas de candidatos avulsos, delegados de partido, nem com outras apresentadas na comissão mista que examina a matéria. No Senado, o líder Carlos Chiarelli informou, por sua vez, que a bancada "votará fechada" a emenda do Executivo, sem nenhuma modificação.

José Lourenço observou ainda que as críticas que espera ouvir hoje na reunião da bancada fazem parte da democracia interna do partido e que vai recebê-las como "contribuição ao processo de consolidação do próprio partido". Saulo Queiroz e Alcení Guerra anunciaram que vão cobrar uma atuação mais ofensiva do líder e da direção do partido, para evitar que o PFL fique "a reboque" do PMDB.

## Lembo inicia pesquisa com vereadores de SP

O diretor de assuntos culturais do Instituto Tancredo Neves e tesoureiro do Partido da Frente Liberal em São Paulo, Cláudio Lembo, iniciou uma pesquisa em todas as Câmaras Municipais do Estado para saber "o que pensam os vereadores sobre temas substanciais da realidade brasileira". Lembo quer reunir dados que sirvam de subsídios à futura Assembléia Nacional Constituinte, e para isso está enviando às Câmaras um questionário com 16 perguntas, que abordam tanto temas políticos e econômicos como sociais. O levantamento é importante e "oportuno", segundo o diretor do Instituto, pois ainda não existe "um movimento organizado para se ouvir os anseios dos municípios" a partir das Câmaras, "representantes diretas e próximas das comunidades, nesta antevéspera dos trabalhos constituintes".

Entre as questões colocadas aos vereadores estão a reforma tributária, a municipalização do ensino de primeiro ciclo e a gratuidade do ensino médio e superior, o sistema de governo para a Federação — presidencial ou parlamentarista —, a indenização em caso de desapropriação por reforma agrária e até a criação de Guardas Municipais. Lembo recorda em sua exposição que, logo após o Brasil ter-se tornado independente de Portugal, uma carta constitucional foi redigida na Corte e submetida à apreciação das Câmaras Municipais. Em seu entender, agora que se volta a falar em Constituinte "há uma obrigação de se retornar à boa prática do Império". Por esse motivo, uma das indagações inseridas por Lembo no questionário diz respeito à necessidade ou não de as Câmaras darem seu referendo à futura Constituição, já que são "o mais antigo representante do povo".

Além de uma "forma de politizar a Constituinte e chegar nas questões

essenciais do povo", o presidente da Câmara de Osasco, Tonca Falsetti, acredita que a iniciativa é "uma maneira simples e política" de contribuir para a Constituinte. A idéia surgiu no II Encontro de Vereadores da Região Oeste da Grande São Paulo, realizado em setembro, e dos debates participaram vereadores do PMDB, PFL, PDS, PTB e PT. O fato é inédito para a Câmara Municipal de Osasco, já que em seus 23 anos de existência esta é a primeira vez que sua sede deslocará para manter contato direto com a população. As próximas sessões especiais serão realizadas nas escolas Prof. Heloisa Assumpção, dia 23, e Rosa Bonfiglioli, dia 30; em novembro, na escola Prof. José Maria Rodrigues Leite, dia 6, e no Colégio N.S. dos Remédios, dia 27.

Lembo ressalta ser muito oportuna a iniciativa do Instituto Tancredo Neves em Brasília porque o assunto Constituinte "vai empolgando todos os brasileiros" e "todos querem oferecer sua contribuição", sendo portanto "indispensável captar os autênticos clamores das Câmaras Municipais". O tesoureiro do PFL acredita que até o final deste ano os vereadores já terão encaminhado suas respostas e prevê que "muitas surpresas virão", pois "quem nunca falou falará".

A CÂMARA NOS BAIRROS

A Câmara Municipal de Osasco realizará seis sessões especiais em escolas de 1º e 2º grau para debater a Constituinte com a população. Realizadas em todas as quartas-feiras de outubro e de novembro, a primeira dessas sessões será amanhã, na Escola Leonardo Villas Boas, no Jardim Robeto, periferia do município. A idéia é de os vereadores exporem a estudantes, professores e moradores do local suas posições sobre a Assembléia Nacional Constituinte e sobre a elaboração da futura Constituição, com o fim de "mobilizá-los para a maior participação possível no movimento", transformando a Câmara em "um canal permanente de comunicação entre a Constituinte e a população".

